

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 e o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguros Saúde S.A.

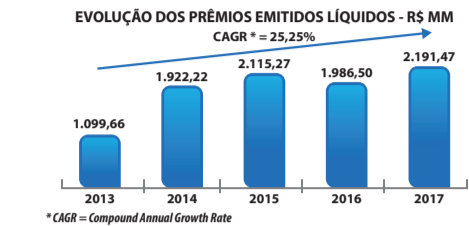
O Mercado de Saúde no Cenário Econômico

Em 2017 a economia brasileira começou a dar sinais de melhora. O reflexo foi o PIB positivo de 0,9% e a inflação que atingiu 2,59% abaixo do teto da meta estipulada pelo governo. A queda da taxa de desemprego continua caindo e fechou 12,4%.

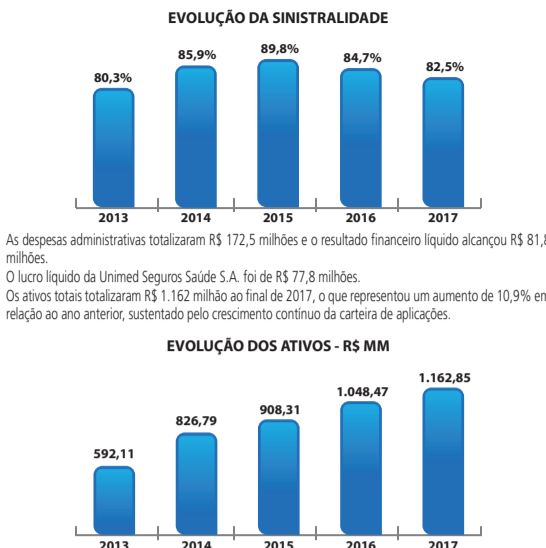
O número de beneficiários no ano de 2017 ficou mais estável em relação ao ano de 2016, sendo a perda menor. Houve uma diminuição de 0,3% no número de beneficiários de planos de saúde em relação a 2016. O segmento a cada ano tem oferecido novos produtos, aumentando para o consumidor final planos de assistência à saúde mais adequados a sua realidade, através da maior gama de canais possíveis, como: corretores, bancos, varejo e internet.

Desempenho Econômico-Financeiro

No exercício de 2017, a Seguradora teve um acréscimo nos prêmios emitidos líquidos de 10,3% em relação a 2016. O aumento é decorrente de reajustes de contratos empresariais e novos clientes.



Os sinistros correntes totalizaram R\$ 1.791 milhão em 2017 e R\$ 1.669 em 2016, com índice de sinistralidade de sobre os prêmios ganhos de 82,5% e 84,7% respectivamente.



A Administração declara que tem condições de manter os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016	01/01/16
Ativo				
Circulante				
Disponível		25.021	13.081	16.890
Aplicações financeiras	5	731.913	542.075	452.848
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		331.963	292.158	315.682
Aplicações Livres		399.590	249.917	137.166
Crédito de operações com planos de assistência à saúde				
Prêmios a receber	6	38.731	41.689	43.693
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		166	130	76
Despesas diferidas	7	6.527	8.988	2.651
Créditos tributários e previdenciários	8	13.207	10.072	8.017
Bens e títulos a receber	9	2.809	2.980	3.322
Despesas antecipadas				
Ativo não circulante		341.725	427.945	380.435
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	5	193.361	294.787	239.518
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		87.023	170.294	175.499
Aplicações Livres		106.338	124.493	64.019
Créditos tributários e previdenciários	8	40.262	37.425	34.371
Depósitos judiciais e fiscais	16	73.796	56.551	50.439
Investimentos	10	10.160	9.194	14.039
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		10.160	9.194	14.039
Imobilizado	11	18.281	20.915	20.455
Imóveis de uso próprio		10.962	11.273	11.577
Imóveis - não hospitalares/odontológicos		10.962	11.273	11.577
Imobilizado de uso próprio		7.250	9.551	8.765
Non hospitalares		7.250	9.551	8.765
Outras imobilizações - não hospitalares		69	91	113
Outras imobilizações - não hospitalares		69	91	113
Intangível	11	5.865	9.073	21.613
Total do ativo		1.162.853	1.048.466	908.308
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais				
Passivo				
Circulante				
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	358.141	351.320	339.531
Provisão de Prêmio Não Ganha (PPNG)		2.388	2.500	2.689
Provisão para assistência		3.339	3.131	3.019
Provisão de sinistros a liquidar para SUS		8.820	9.443	2.622
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		127.910	98.054	81.579
Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		215.684	238.192	249.622
Débitos de operações de assistência à saúde				
Comercialização sobre operações		7.077	6.374	3.604
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		3.331	1.587	614
Tributos e encargos sociais a recolher	13	20.745	17.214	7.094
Empréstimos e financiamentos a pagar	14	26	3.633	2.472
Débitos diversos	15	33.396	27.093	24.907
Passivo não circulante				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	22.998	7.965	7.170
Provisão para sinistros		3.811	3.555	3.735
Provisão de sinistros a liquidar para o SUS		14.761	-	-3.435
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		4.426	4.410	-
Provisões para ações judiciais	16	83.703	72.241	66.323
Empréstimos e financiamentos a pagar	14	283	1.367	2.007
Débitos diversos				
Débitos diversos		-	-	66
Patrimônio líquido				
Capital social	17a	350.000	350.000	310.000
Reservas de Lucros		282.459	212.073	150.318
Ajustes de avaliação patrimonial		154	(2.401)	(5.798)
Total do passivo		1.162.853	1.048.466	908.308

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016	01/01/16
Ativo				
Circulante				
Disponível		25.021	13.081	16.890
Aplicações financeiras	5	731.913	542.075	452.848
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		331.963	292.158	315.682
Aplicações Livres		399.590	249.917	137.166
Crédito de operações com planos de assistência à saúde				
Prêmios a receber	6	38.731	41.689	43.693
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		166	130	76
Despesas diferidas	7	6.527	8.988	2.651
Créditos tributários e previdenciários	8	13.207	10.072	8.017
Bens e títulos a receber	9	2.809	2.980	3.322
Despesas antecipadas				
Ativo não circulante		341.725	427.945	380.435
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	5	193.361	294.787	239.518
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		87.023	170.294	175.499
Aplicações Livres		106.338	124.493	64.019
Créditos tributários e previdenciários	8	40.262	37.425	34.371
Depósitos judiciais e fiscais	16	73.796	56.551	50.439
Investimentos	10	10.160	9.194	14.039
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		10.160	9.194	14.039
Imobilizado	11	18.281	20.915	20.455
Imóveis de uso próprio		10.962	11.273	11.577
Imóveis - não hospitalares/odontológicos		10.962	11.273	11.577
Imobilizado de uso próprio		7.250	9.551	8.765
Non hospitalares		7.250	9.551	8.765
Outras imobilizações - não hospitalares		69	91	113
Outras imobilizações - não hospitalares		69	91	113
Intangível	11	5.865	9.073	21.613
Total do ativo		1.162.853	1.048.466	908.308
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais				
Passivo				
Circulante				
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	358.141	351.320	339.531
Provisão de Prêmio Não Ganha (PPNG)		2.388	2.500	2.689
Provisão para assistência		3.339	3.131	3.019
Provisão de sinistros a liquidar para SUS		8.820	9.443	2.622
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		127.910	98.054	81.579
Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		215.684	238.192	249.622
Débitos de operações de assistência à saúde				
Comercialização sobre operações		7.077	6.374	3.604
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		3.331	1.587	614
Tributos e encargos sociais a recolher	13	20.745	17.214	7.094
Empréstimos e financiamentos a pagar	14	26	3.633	2.472
Débitos diversos	15	33.396	27.093	24.907
Passivo não circulante				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	22.998	7.965	7.170
Provisão para sinistros		3.811	3.555	3.735
Provisão de sinistros a liquidar para o SUS		14.761	-	-3.435
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		4.426	4.410	-
Provisões para ações judiciais	16	83.703	72.241	66.323
Empréstimos e financiamentos a pagar	14	283	1.367	2.007
Débitos diversos				
Débitos diversos		-	-	66
Patrimônio líquido				
Capital social	17a	350.000	350.000	310.000
Reservas de Lucros		282.459	212.073	150.318
Ajustes de avaliação patrimonial		154	(2.401)	(5.798)
Total do passivo		1.162.853	1.048.466	908.308

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Investimento e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	310.000	14.046	136.272	(5.798)	-	454.520
Aumento de capital - AGE de 04/11/2016	40.000	-	-	-	-	40.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.397	-	3.397
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	68.238	68.238
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	3.412	-	-	(3.412)	-
Reserva Estatutária	-	-	58.343	-	(58.343)	-
Dividendos	-	-	-	(6.483)	(6.483)	(6.483)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	350.000	17.458	194.615	(2.401)	559.672	908.672
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	2.555	-	2.555
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	77.774	77.774
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	3.889	-	-	(3.889)	-
Reserva Estatutária	-	-	66.497	-	(66.497)	-
Dividendos	-	-	-	(7.388)	(7.388)	(7.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	350.000	21.347	261.112	154	632.613	1.048.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Seguros Saúde S.A. (doravante denominada por "Seguradora"), registrada sob o nº 00070-1 na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 366 - São Paulo, que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Seguradora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Seguradora compartilha com sua controladora, Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Seguradora e sua controladora são controladas indireta e direta, respectivamente, pela Unimed Participações S.A. (anteriormente denominada Unimed Participações Ltda.). A Seguradora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Unimed Seguros Saúde S.A. é controladora da Unimed Saúde e Odontologia S.A. com 50,5%. Uma operadora de planos odontológicos, que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS nº 418, de 26 de dezembro de 2016 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela ANS. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 21 de fevereiro de 2018. **b. Base para preparação:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais foi observado o modelo de publicação contido na Resolução Normativa ANS nº 418, de 26 de dezembro de 2016, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Demonstrações Contábeis. **c. Representação de valores correspondentes:** Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e informações contábeis relativas à conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão sendo representados, em conformidade com o CPC 23 - Passivos Contábeis, Mudança de Estimativa de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de: (i) Os ativos e passivos diferidos foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial sem ter sido considerado que a Seguradora detinha o direito legalmente executável de compensação. Esses saldos estão sendo compensados no balanço patrimonial conforme CPC 22 - Tributos sobre o lucro; (ii) Ajustes ao lucro líquido para os componentes que não afetam caixa, como variação das provisões técnicas, do custo de aquisição diferidos e ajuste de valor a mercado de TVM, os quais foram representados na conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Um resumo dos efeitos da representação no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro e da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2016, estão apresentados abaixo:

Balanços Patrimoniais:

	Saldo anteriormente apresentados em 31/12/2016	Saldo reclassificado em 31/12/2016	Saldo reclassificado em 31/12/2016
Ativo			
Circulante	620.521		620.521
Ativo Não Circulante	436.205	(8.260)	427.945
Créditos tributários e previdenciários	45.685	(8.260)	37.425
Total dos demais ativos não circulantes	390.520	-	390.520
Total do Ativo	1.056.726		1.048.466
Passivo			
Circulante	407.221		407.221
Passivo não circulante	89.833	(8.260)	81.573
Tributos diferidos	8.260	(8.260)	-
Total dos demais passivos não circulantes	81.573	-	81.573
Patrimônio Líquido	559.672	-	559.672
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.056.726		1.048.466
Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais			
	Saldo anteriormente apresentados em 31/12/2016	Saldo reclassificado em 31/12/2016	Saldo reclassificado em 31/12/2016
Lucro líquido do Exercício	68.238		68.238
Ajustes para:	19.903	(28.584)	(8.681)
Reajuste de equivalência patrimonial	3.773	-	3.773
Reajuste do valor recuperável de prêmios	7.083	-	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Table showing financial breakdown by maturity: vencimentos, vencidos acima de um ano, vencidos até um ano, a vencer em até um ano, a vencer entre um e cinco anos, a vencer acima de cinco anos, and Total.

(*) Valor bruto da provisão para perdas sobre créditos. (**) A segregação nas faixas de vencimento refere-se a provisão de base para perdas sobre créditos. (***) A segregação nas faixas de vencimento refere-se a provisão de base para perdas sobre créditos. (****) A segregação nas faixas de vencimento refere-se a provisão de base para perdas sobre créditos.

Table with 4 columns: Nota, Valor, Participação %, Total. Rows include Sobrante, AAA, AA, A, BBB, B, Total em Risco, Sem Classificação(*), and Total.

(*) Inclui Fundo Aberto e conta a pagar dos juros próprios. O principal risco de crédito está vinculado às instituições depositárias das aplicações financeiras da Seguradora. Risco de concentração de investimentos: Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pelo não diversificação dos investimentos.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Table showing application details: Níveis, Até 1 ano, De 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Sem vencimento, Valor Contábil, Valor Custo, Valor justos, Ajuste a valor justo, 31/12/2017, 31/12/2016, %.

a. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos com base em 6 níveis com cotação em mercado ativo. Nível 2: títulos cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que sua precificação é direta ou indiretamente observável.

b. Taxa de juros contratada: Table with columns for Taxa de Juros Contratada, Custos atualizado, and rows for Quotas e fundos de investimentos exclusivos.

c. Movimentação das aplicações financeiras: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

d. Garantia das provisões técnicas: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

e. Ativos financeiros derivativos: A Seguradora realiza operações com derivativos, através de fundos de investimentos exclusivos e fundos de mercado, com o único objetivo de proteção das carteiras para perdas com oscilação nas taxas de juros e o limite máximo de aplicação é de 100% do patrimônio líquido de cada fundo.

f. Ativos financeiros não relacionados à assistência à Saúde: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

g. Investimentos - Participações Societárias: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

h. Imobilizado e Intangível: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

i. Prêmios a receber: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

j. Despesas diferidas: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

k. Créditos tributários e previdenciários: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

l. Bens e títulos a receber: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

m. Investimentos - Participações Societárias: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

n. Imobilizado e Intangível: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

o. Prêmios a receber: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

p. Despesas diferidas: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

q. Créditos tributários e previdenciários: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

r. Bens e títulos a receber: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

s. Investimentos - Participações Societárias: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

t. Imobilizado e Intangível: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

u. Prêmios a receber: Table with columns for 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

12 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Table showing movement of technical provisions: Saldo no início do exercício, Constituição, Glosa, Pagamentos/versões, Saldo no final do exercício.

13 PROVISÕES E IMPOSTOS

Table showing provisions and taxes: Imposto de renda, Antecipação de imposto de renda, Contribuição social, Antecipação de contribuição social, Subtotal, COFINS, Impostos sobre operações financeiras - IDF, Outros impostos e contribuições.

16 PROVISÕES JUDICIAIS

Table showing judicial provisions: Natureza, 1-Fiscal, 1.1 - COFINS alargamento da base, 1.2 - INSS, 1.3 - PIS alargamento da base, 1.4 - CSLL 6%, 1.5 - ISS, 1.6 - COFINS, 1.7 - IRRP Lei Do Bem, 1.8 - CSLL Lei Do Bem, 1.9 - IRRP Lei Do Bem, 1.10 - PIS Lei Do Bem, 1.11 - COFINS Lei Do Bem, 1.12 - INSS Limiar Judicial, 1.13 - TAXA ANS, 2-Trabalhista, 3-Contingências civis, 4-Sinistros (*).

(*) Refere-se a depósitos judiciais de ações relacionadas a sinistros.

1) Físicas: 1.1) Alargamento da base de cálculo da COFINS - A seguradora questiona o alargamento da base de cálculo prevista nos artigos 2º e 3º, § 1º da Lei nº 9.718/1998, tendo obtido liminar e, a partir de maio de 2007, a parcela correspondente à discussão está provisionada.

1.2) Contribuição previdenciária pela alíquota de 22,5% sobre remunerações pagas ou creditadas a corretores de seguros. Este processo está em tramitação na 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região e não há decisão nos tribunais superiores sobre o tema.

1.3) Alargamento da base de cálculo do PIS - A seguradora questiona o alargamento da base de cálculo previsto no artigo 3º, § 1º da Lei nº 9.718/1998, tendo obtido liminar e a partir de maio de 2007, a parcela correspondente à discussão está provisionada.

1.4) Majoração de alíquota da CSLL - (MP nº 413/2008 convertida na Lei nº 11.727/2009). Este processo tramita na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade provável e foi constituída provida consistindo em conceito de obrigação legal.

1.5) Prefeitura Municipal de Salvador questiona a Seguradora sobre a incidência de ISS sobre os pagamentos das faturas de reembolso em seguro-saúde. Em novembro de 2009, a Seguradora apresentou impugnação.

1.6) A Seguradora pede a anulação do crédito da COFINS a que se refere a carta de cobrança nº 183/2008 em 29 de julho de 2008. Foi concedida liminar em 12 de julho de 2011, julgando improcedentes os pedidos.

1.7) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.8) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.9) Em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.10) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.11) Em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.12) INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas. A empresa, através de parecer de seus assessores jurídicos considera que permaneceu, e considera que para estas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e consequentemente constituindo a provisão destes valores.

1.13) Taxa Suplementar (TSS) - Discute a legalidade da cobrança da referida taxa. Os assessores jurídicos consideram a probabilidade de curto prazo possível, e para fazer frente a eventual perda financeira ao fim da ação, a empresa vem provisionando os valores relativos a taxa.

1.14) Trabalhista: A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, transitando em diversas fases. Conforme avaliação dos assessores jurídicos a classificação de provável e possível monta o valor de R\$ 4.798,33.

1.15) Contingências Cíveis: A Seguradora responde a processos de natureza cível, transitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, a classificação da probabilidade de provável e possível monta o valor de R\$ 18.107.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 350.000,00 em 2017, representado por 38.823.797 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal: Constituída ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva de investimento e capital de giro: O saldo do lucro líquido e capital de giro, após destinações de reserva legal e dividendos se houver, será destinado à Reserva de Investimento e Capital de Giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social.

Table showing liquid assets: Saldos de balanço, Ativos e créditos a receber, Unimed Saúde e Odonto S.A., Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Table showing total liquid assets: Total, Receita, Prêmios emitidos, Unimed Seguradora S.A., Unimed Saúde e Odonto S.A., Unimed Seguros Patrimoniais S.A., Unimed Participações S.A., Unimed do Brasil Ltda.

Recuperação das despesas administrativas: Unimed Saúde e Odonto S.A., Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Table showing total liquid assets: Total, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

19 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Prêmios emitidos líquidos: Prêmios emitidos, Prêmios cancelados, Prêmio de MCTI, Variação da provisão de prêmios não ganhos - PPNP.

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde: COFINS, PIS, Total.

d. Eventos médicos hospitalares: Preços preestabelecido, Rede contratada, Planos individuais/familiares antes da rede, Planos individuais/familiares pós-rede, Planos coletivos por adesão antes da rede, Planos coletivos por adesão pós-rede.

e. Outras receitas e despesas operacionais: Receita Benefícios SEA - Seguro de Extensão Assistencial, Outras Receitas Operacionais, Despesas com apólices e contrato, Provisão para contingências - operacionais, Outras, Subtotal.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Table showing loans and payments to be paid: Pagamentos futuros mínimos de arrendamento, Juros, Total, Pagamentos futuros mínimos de arrendamento, Juros, Total.

15 DÉBITOS DIVERSOS

Table showing various debits: Passivo circulante, Participação nos lucros, Dividendos a pagar, Férias e encargos a pagar, Fornecedores, Depósitos de terceiros, Total.

Table showing judicial provisions: Natureza, 1-Fiscal, 1.1 - COFINS alargamento da base, 1.2 - INSS, 1.3 - PIS alargamento da base, 1.4 - CSLL 6%, 1.5 - ISS, 1.6 - COFINS, 1.7 - IRRP Lei Do Bem, 1.8 - CSLL Lei Do Bem, 1.9 - IRRP Lei Do Bem, 1.10 - PIS Lei Do Bem, 1.11 - COFINS Lei Do Bem, 1.12 - INSS Limiar Judicial, 1.13 - TAXA ANS, 2-Trabalhista, 3-Contingências civis, 4-Sinistros (*).

(*) Refere-se a depósitos judiciais de ações relacionadas a sinistros.

1) Físicas: 1.1) Alargamento da base de cálculo da COFINS - A seguradora questiona o alargamento da base de cálculo prevista nos artigos 2º e 3º, § 1º da Lei nº 9.718/1998, tendo obtido liminar e, a partir de maio de 2007, a parcela correspondente à discussão está provisionada.

1.2) Contribuição previdenciária pela alíquota de 22,5% sobre remunerações pagas ou creditadas a corretores de seguros. Este processo está em tramitação na 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região e não há decisão nos tribunais superiores sobre o tema.

1.3) Alargamento da base de cálculo do PIS - A seguradora questiona o alargamento da base de cálculo previsto no artigo 3º, § 1º da Lei nº 9.718/1998, tendo obtido liminar e a partir de maio de 2007, a parcela correspondente à discussão está provisionada.

1.4) Majoração de alíquota da CSLL - (MP nº 413/2008 convertida na Lei nº 11.727/2009). Este processo tramita na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade provável e foi constituída provida consistindo em conceito de obrigação legal.

1.5) Prefeitura Municipal de Salvador questiona a Seguradora sobre a incidência de ISS sobre os pagamentos das faturas de reembolso em seguro-saúde. Em novembro de 2009, a Seguradora apresentou impugnação.

1.6) A Seguradora pede a anulação do crédito da COFINS a que se refere a carta de cobrança nº 183/2008 em 29 de julho de 2008. Foi concedida liminar em 12 de julho de 2011, julgando improcedentes os pedidos.

1.7) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.8) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.9) Em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.10) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.11) Em decorrência do incentivo fiscal - Lei do Bem, ano de 2014 aprovado parcialmente, ano de 2015 reprovado, e interposto recurso administrativo pela Seguradora ao MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, ano de 2016 aguarda retorno do MCTI.

1.12) INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas. A empresa, através de parecer de seus assessores jurídicos considera que permaneceu, e considera que para estas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e consequentemente constituindo a provisão destes valores.

1.13) Taxa Suplementar (TSS) - Discute a legalidade da cobrança da referida taxa. Os assessores jurídicos consideram a probabilidade de curto prazo possível, e para fazer frente a eventual perda financeira ao fim da ação, a empresa vem provisionando os valores relativos a taxa.

1.14) Trabalhista: A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, transitando em diversas fases. Conforme avaliação dos assessores jurídicos a classificação de provável e possível monta o valor de R\$ 4.798,33.

1.15) Contingências Cíveis: A Seguradora responde a processos de natureza cível, transitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, a classificação da probabilidade de provável e possível monta o valor de R\$ 18.107.

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo.

Despesas operacionais: Outras despesas operacionais, Despesas administrativas, Despesas de comercialização, Despesas com publicidade e propaganda.

Table showing related party transactions: Total, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

c. Sinistros avisados: Indenizações avisadas, Despesas com sinistros, Indenizações avisadas - SJS, Glosa, Recuperação de sinistros, Co-participação, Total.

Table showing total sinistres: Total, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

d. Reembolso: Preços preestabelecido, Rede contratada, Planos individuais/familiares antes da rede, Planos individuais/familiares pós-rede, Planos coletivos por adesão antes da rede, Planos coletivos por adesão pós-rede.

Table showing total reimbursement: Total, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

e. Outras receitas e despesas operacionais: Receita Benefícios SEA - Seguro de Extensão Assistencial, Outras Receitas Operacionais, Despesas com apólices e contrato, Provisão para contingências - operacionais, Outras, Subtotal.

f. Despesas de comercialização: Consórcios sobre prêmios emitidos, Consórcios de gerenciamento, Consórcios de Pro-labore, Variação das despesas de comercialização diferidas, Total, Despesas administrativas, Despesas com pessoal, Serviços de terceiros, Locação e funcionamento, Despesa com publicidade e propaganda, Outras, Subtotal.

Table showing total commercialization: Total, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016, 2017, 2016.

(*) Média das taxas de amortização calculadas ao longo do exercício.

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Despesas com tributos		
Taxas de saúde suplementar	(3.937)	(2.730)
Outras	(926)	(730)
Subtotal	(4.863)	(3.460)
Total	(172.480)	(157.620)
h. Receitas e despesas financeiras:		
	2017	2016
Receitas		
Receitas com títulos privados	28.723	44.308
Valor justo	768	9.257
Disponível para venda	21.669	27.232
Mantidos até o vencimento	6.286	7.819
Receitas com títulos públicos	9.752	11.894
Valor justo	1.380	777
Disponível para venda	4.943	8.124
Mantidos até o vencimento	3.429	2.993
Receitas com fundos de investimento	44.472	45.006
Valor justo	44.988	44.988
Disponível para venda	-	18
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	539	701
Receitas com créditos tributários	472	128
Receitas financeiras com depósitos judiciais	3.451	4.727
Outras receitas financeiras	2.983	1.889
Subtotal	90.392	108.653
Despesas		
Despesas com títulos de renda fixa	(1.020)	-
Disponível para venda	(1.020)	-
Despesas com fundos de investimentos	(110)	-

Valor justo	(110)	-
Despesa financeira com operações de assistência à saúde	(1.180)	(804)
Encargos para provisão para contingência	(5.919)	(4.615)
Despesas com empréstimos e financiamentos	(376)	(630)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	-	(383)
Outras despesas financeiras	(22)	(180)
Subtotal	(8.627)	(6.612)
Total	81.765	102.041
i. Resultado patrimonial:		
	2017	2016
Receitas patrimoniais		
Resultado de equivalência patrimonial positivo	2.428	257
Outras receitas patrimoniais	-	-1
Subtotal	2.428	258
Despesas patrimoniais		
Resultado de equivalência patrimonial negativa	(1.466)	(4.031)
Subtotal	(1.466)	(4.031)
Total	962	(3.773)

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de Renda	Contribuição Social
	2017	2016
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	149.651	128.793
Adições:		
Provisão para contingências	11.943	7.288
Provisão para devedores duvidosos	7.260	4.842
Donativos	224	2

	Imposto de Renda	Contribuição Social
	2017	2016
Programa de participação no resultado	1.157	1.697
Outras	3.086	8.810
Exclusões:		
Receitas com depósitos judiciais	(2.934)	(4.513)
Incentivo Lei do Bem - Lei 11.196 de 21/11/2005	-	(259)
Base de cálculo	170.387	146.660
Alíquotas:		
Imposto de renda e contribuição social	(25.558)	(21.999)
Imposto de renda alíquota adicional 10%	(17.015)	(14.642)
Programa de alimentação ao trabalhador-PAT	658	574
Patrocínios	695	840
Tributos correntes	(41.220)	(35.227)
Tributos de exercícios anteriores	(65)	(270)
Total:	(41.285)	(35.497)
Tributos diferidos	4.357	2.328
Outros tributos diferidos	-	98
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(36.928)	(33.071)
Alíquota efetiva	24,68%	25,68%

21 CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	77.774	68.238
Ajustes para: Resultado de equivalência patrimonial	(962)	3.773
Redução do valor recuperável de prêmios	14.747	7.083

DIRETORIA

Helton Freitas Diretor-Presidente	Adelson Severino Chagas Diretor	Agenor Ferreira da Silva Filho Diretor	Luiz Paulo Tostes Coimbra Diretor	Tajamar Custódio Martins Diretor
---	---	--	---	--

ATUÁRIA

Lara Cristina da Silva Fachini - Atuária - MBA - 1118

CONTADOR

Vinicius Negri de Oliveira - CRC: 1SP242483/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da Unimed Seguros Saúde S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Unimed Seguros Saúde S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - valores correspondentes ao período anterior:** O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação, os quais foram descritos na Nota Explicativa nº 2.c, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, com data de 22 de fevereiro de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras

individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e nas informações constantes na conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e nem sobre as demais informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018